

Carlos Assunção

Maria do Céu Fonseca

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; cassunca@utad.pt

Universidade de Évora; cf@uevora.pt

A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus

A gramaticalização de línguas extra-europeias despertou e avançou por vários continentes ao ritmo da promoção dos vernáculos europeus, tendo sido os criadores de gramáticas vulgares também os primeiros a tributar acolhimento ao espaço linguístico extra-europeu. Num contexto em que se instalara a ideia de diversidade linguística, “pourquoi les européens auraient-ils eu l'idée de s'engager dans la tâche difficile de rédiger des grammaires de langues purement orales, s'ils ne l'avaient déjà eu pour leurs propres vernaculaires?” (Auroux, 1994: 98). Entre nós, Fernão de Oliveira e José de Anchieta, cada um à sua maneira, conferiram a outros idiomas, que não o latim, o *status* de línguas gramaticais. Na vizinha Espanha, a publicação da gramática de Antonio de Nebrija e a descoberta da América por parte de Cristóvão Colombo no mesmo ano de 1492, catalisaram a marcha acelerada da normatização linguística do novo mundo americano. Começa então a dinâmica de um processo linguístico que, protagonizado sobretudo por missionários jesuítas e franciscanos ao longo do século XVII, se eleva da consciência da diversidade linguística à defesa de idiomas exóticos até há pouco desconhecidos, e culmina com a sua disciplinização gramatical pelo modelo latino.

Esta convivência de diversas tradições gramaticais por certo não será indiferente ao Professor Doutor Mário Vilela, que muito alargou os horizontes da linguística. Seja-nos, pois, permitido trazer a terreiro experiências gramaticais relativas às chamadas línguas exóticas, arriscando algumas incursões no terreno do Professor a quem nos habituámos a ter por Mestre no estudo e na investigação.

1. Os anos de 1997 e 1998 foram de homenagens ao primeiro cultor da poesia no Brasil. A insigne Universidade de Coimbra honrou o nome de Anchieta com um con-

gresso internacional comemorativo da passagem dos 450 anos sobre a inauguração do Colégio das Artes (cf. Pinho & Ferreira, 2000). Pouco antes, outro momento de alta reflexão tivera lugar na cidade de São Paulo, por ocasião do congresso internacional evocativo do 4º centenário da morte de um dos seus fundadores¹. Em ambos os congressos, ilustres personalidades se ‘acercaram’ – pois para isso remete o significado de “congresso” – da obra literária e linguística, do trabalho missionário e etnográfico, e de outras múltiplas facetas de uma figura do quinhentismo brasileiro, que irrompeu na história pelos anos 50 com os frutos que lhe conhecemos.

É sobejamente conhecida a relevância da *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595), pelo ângulo dos interesses culturais postos em marcha na época das primeiras codificações do nosso vernáculo, de que é legítimo considerá-la coeva, sabendo-se que teve larga circulação manuscrita desde 1555. Formado na academia do recém-criado Colégio das Artes, José de Anchieta é um representante do humanismo renascentista; e julgando-o assim, pretendemos situá-lo no quadro de uma geração de mestres nacionais e estrangeiros para os quais o ensino das artes centrado na latinidade e o estabelecimento de uma norma padrão do vernáculo eram o porta-bandeira das grandes causas por que pugnavam. As apologias gramaticais de André de Resende e as lições do flamengo Nicolau Clenardo, a que se juntará o magistério de Manuel Álvares no Colégio das Artes, foram algumas das vozes latinas mais comprometidas na restauração pedagógica das línguas eruditas, que se apresentava como Arte Nova. Acrescem ainda todas as outras vozes que tais mestres e “estrangeirados” regressados da Europa ou lá formados, traziam no activo. Não surpreende, desta forma, que ao tempo o modelo gramatical do estudante José de Anchieta fosse o elenco de compêndios dos Pastrana, Nebrija, Despautério, Estêvão Cavaleiro e, sobretudo para o grego e hebraico, Nicolau Clenardo, para só citar alguns de entre os maiores que ocuparam o espaço escolar português da primeira metade de Quinhentos (cf. Verdelho, 1995: 55-79). Perante este corpo doutrinal da didáctica do latim, valem, quase sem reservas, as teses da subsidiariedade da gramática de Anchieta ao modelo latino, por diferentes que sejam as leituras realizadas segundo o enfoque da tradição ou da inovação².

Mas há uma outra dimensão da *Arte* de Anchieta, ainda em débito com o pensamento da época. Foi comum a gramáticos e homens de letras o interesse pela codificação gramatical do vernáculo, nisso não diferindo Portugal do resto da Europa. Como se sabe, desde Antonio de Nebrija, quem primeiro encetou, por via da codificação gramatical, “engrandecer las cosas de nuestra nación” (1989: 112), o filão não parou de ser

¹ Vd. *Anchieta 400 anos - Congresso Internacional (São Paulo, 18 a 20 de Setembro de 1997)*, São Paulo, 1998.

² A designação de “tupi jesuítico”, criada por Mattoso Câmara para definir a estandarização de matriz clássica da língua estudada pelos missionários (Câmara, 1965: 104), abriu caminho a análises posteriores de espectro mais amplo. A formulação histórica do linguista brasileiro fez escola, mas o debate que subsistiu em torno da latinização do tupi, pôs também em relevo o grau de autonomia e mesmo originalidade dos textos dos gramáticos missionários. É esse o entendimento de Aryon Rodrigues, profundo conhecedor da obra anchietana: “las dos gramáticas coloniales [de Anchieta e de Luís Figueira] describen [...] la lengua que realmente hablaban los indios, habiendo superado con independencia y creatividad varias de las mayores dificultades que presentaban las diferencias estructurales que distinguían esta lengua de las clásicas y de las romances” (1997: 398).

explorado em apologias da língua (inspiradas no modelo das já conhecidas *Prose della volgare lingua*, do veneziano Pietro Bembo), paralelamente à multiplicação de gramáticas e ortografias que visavam os mesmos intentos de ‘ilustrar’ as regras dos idiomas nacionais. Em França, o movimento ganha raízes a partir da década de 40, com os manifestos dos poetas da “Plêiade” e os muitos trabalhos de Robert Estienne sobre a morfologia do francês, seguidos da tida por primeira gramática francesa, *Le tretté de la grammère françoëze* (Paris, 1550), de Louis Meigret³. Quanto a Portugal, fizeram aumentar o caudal várias obras. Depois da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca, 1492) de Nebrija, e adiantadas numa dezena de anos à de Louis Meigret, as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira e João de Barros, embora não possam considerar-se congêneres daquelas quanto à natureza, dado que menos teóricas e especulativas, acompanham-nas no mesmo movimento.

Ora, ao escrever uma gramática da língua materna dos índios tupinambá, a atitude de Anchieta confere perfeitamente com este concerto das nações na promoção de línguas nacionais, ainda que menos intensa entre nós do que na vizinha Espanha e além Pirenéus. Quando se analisa a acção dos gramáticos humanistas e o trânsito de valores para o quadro linguístico de Seiscentos percebe-se que “la grammatisation des langues européennes est quasiment contemporaine de celle d’autres continents, en particulier des langues amérindiennes” (Aurox, 1992: 13). São estas que agora interessa considerar, embora o mesmo se aplique ao japonês, chinês, anamita, tâmil, canarim e concani.

2. Se os primeiros textos gramaticais do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, servem para fins nacionais de valorização da língua vulgar, também o cultivo do idioma vindo de além-mar pela mão de Anchieta, na primeira gramática do tupi, reflectirá tal propósito. Dir-se-á, e com razão, que esta disciplinização gramatical está ligada sobretudo à consciência de uma lacuna e de um dever de ofício. Por um lado, a inexistência de livros foi pecha maior que tradicionalmente pesou no espaço da América portuguesa desde o tempo de Anchieta; por outro lado, como reconhece Carlos Drummond, “Anchieta [...] realizou um dos princípios básicos da Companhia de Jesus, qual seja o de que todos os missionários deviam aprender a língua da terra onde exerciam seu ministério, para empregá-la em vez de sua própria língua” (Anchieta, 1990: 8). Tratava-se, portanto, de codificar a língua para facilitar o apostolado cristão dos de Loiola⁴, o que justifica destinar-se a gramática de Anchieta “primordialmente aos missionários na sua actividade catequética” (Bechara, 2000: 519).

³ Mas já antes, sensivelmente desde 1400, a gramática francesa vinha sendo descrita por nacionais e autores ingleses, empenhados no ensino do francês a estrangeiros. John Barton, John Palsgrave, Jacques Dubois e Gilles du Guez (ou du Wez) são dos mais nomeados gramáticos deste movimento pedagógico.

⁴ Como vem, aliás, inscrito nas constituições outorgadas pelo fundador: “Exercitar-se-ão em pregações e lições sacras de tal forma que o povo fique edificado [...]. Procurarão dominar bem a língua vernácula, ter previstas e à mão as coisas mais úteis para tal ministério e servir-se de todos os meios próprios. Desta sorte melhor se desempenharão do ofício e com mais fruto para as almas”; “Quando num colégio ou universidade se projectasse formar pessoas para serem enviadas aos Mouros, ou aos Turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para ir aos Índios, o indiano. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderão ser mais úteis noutras regiões”, in *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, Cúria Provincial da Companhia de Jesus, Lisboa, Livraria A. I., Braga, 1977 (normas [402] e [447]).

Mas para além deste enquadramento, parece ter afinidades evidentes com a posição de Nebrija, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, a que o primeiro gramático do tupi adoptou ao fixar as regras da “língua da terra” ou da “língua do Brasil” (Anchieta, 1595: 1a). São atitudes que afinam pelo mesmo diapasão, com a diferença de ser atribuído *status* de língua gramatical a um idioma sem Estado que o respaldasse, nem reino, como o asteca ou inca do lado ocidental, que sustentasse a sua hegemonia. Era, de qualquer forma, no mosaico linguístico de que o Pe. Fernão Cardim dá conta⁵, o vernáculo mais falado em toda a costa do Brasil; e quanto ao mais, que o mesmo é dizer, formas de reconversão dos quadros gramaticais pré-existentes, há colagem às estratégias do humanismo gramatical recebido. Note-se que Anchieta pôde mesmo estanciar na própria tradição nacional, que já na última década do século XV apresentara o programa nebrijense de elevar o castelhano à categoria de língua-padrão. Tão pouco lhe terá sido estranho o trabalho de normatização da língua portuguesa, empreendido pouco antes da sua entrada no Colégio das Artes. De todos estes exemplos “lhe poderia ter vindo a sugestão de uma obra paralela para a língua tupi, quando isso se tornou necessário em vista do seu trabalho” (Edith Pimentel Pinto, in Anchieta, 1990: 9). É certo que em vão se procuram referências a estas fontes⁶, em citações de autores ou obras que, por vezes, se respigam noutras gramáticas missionárias⁷. Mas, não será demais insistir, a confluência de ideias é natural numa época encharcada de “patriotismo linguístico” (na expressão de Paul Teyssier, 1990: 22) e inteiramente consentânea com a descrição gramatical contrastiva (vd., por exemplo, sobre o infinitivo, “O vso deste modo he a do portugues no conjuntiuo com a particula, que” Anchieta, 1595: 27a).

Do lado da América espanhola dava-se outro tanto e de forma mais intensa. Na Nova Granada, na Nova Espanha, no Peru e Rio da Prata a actividade linguística missionária não teve paralelo com a congénere do espaço português, nem mesmo quando, pelos anos adiante, os interesses se unificaram sob governo comum. Data do segundo quartel de Quinhentos o início de uma longa série de estudos hispano-americanos – entre gramáticas, dicionários e catecismos – de línguas do México, sobretudo o náhuatl

⁵ Veja-se, deste historiador e etnógrafo quinhentista, o elucidativo ponto “Da diversidade de nações e linguas” da obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, editada em 1925. Vão no mesmo sentido as palavras do Pe. António Vieira: “os missionários que Portugal manda ao Maranhão [...] são verdadeiramente aqueles que Deus reservou para a terceira, última e dificultosíssima empresa, porque vêm pregar a gentes de tantas, tão diversas e tão incógnitas línguas, que só uma cousa se sabe delas, que é não terem número” (1959: V, 413-414).

⁶ Com efeito, a gramática de Anchieta “no trae ningún prólogo, ninguna declaración de propósito, ninguna información externa sobre la lengua, nada sobre la experiencia del autor. Empieza directamente con la materia del primer capítulo. No hace referencia a ningún gramático ni a otro autor” (Rodrigues, 1997: 375). Tal silêncio não é estranho. Caracterizou igualmente as artes de línguas orientais e as de vernáculos europeus. Exceptuam-se raras reflexões oriundas de prólogos, dedicatórias e vários textos prefaciais, que, também em relação a outras artes do trívio escolástico, parecem ter sido, sobretudo durante o século XVII, o lugar por excelência de algumas poucas informações metalinguísticas. As duas gramáticas citadas na próxima nota fazem parte destas excepções.

⁷ Vejam-se as numerosas alusões às gramáticas clássicas e europeias na célebre *Arte breve da língua lapoa*, do Pe. João Rodrigues (1993: fls. 1-6); e igualmente, de época anterior, as palavras do jesuíta Henrique Henriques, à entrada da sua *Arte da língua malabar*, composta por volta do meio do século XVI: “Para mais facilmente se entender esta arte há mister ter conhecimento da arte latina e os que não souberem latim devem de ler pela gramática feita por João de Bairos”.

e o tarasco, a que se seguiram estudos de línguas sul-americanas de igual prestígio, como o quechua e o aimará peruanos, e o guarani da região platina, alvo de várias publicações já na primeira metade de Seiscentos. O surto desta produção linguística e o ascendente sobre a actividade da América portuguesa foram fruto de uma política de cultivo de línguas indígenas muito dinâmica, que desde cedo criou a imprensa (no México) e a universidade (em Lima), e desde logo permitiu o diálogo entre a Europa e a América. Note-se que para o Peru foram exportadas obras de Nebrija durante o século XVI e divulgadas, sobretudo a gramática latina, por diversas universidades⁸.

Vejam-se algumas obras paradigmáticas. Sob a influência de Nebrija, línguas mexicanas começam a ser codificadas em artes e vocabulários por volta do meio do século, já com a imprensa estabelecida na Cidade do México desde 1539: a *Arte de la lengua mexicana*, composta em 1547 pelo franciscano Andrés de Olmos e a *Arte de la lengua Michuacan* (México, 1558), de Fr. Maturino Gilberti, são obras sobre o náhuatl (língua do império asteca) e o tarasco (reino de Michoacan), fundadoras de um trabalho de normatização das línguas vernáculas, inspirado no modelo nebrijense; esta mesma autoridade é expressamente invocada por Frei Domingo de Santo Tomás no prólogo da sua *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru* (Valhadolid, 1560), primeira descrição gramatical do quechua, língua do império inca; e conhece-se do mesmo dominicano o *Lexicon o vocabulário de la lengua general del Peruv* (Valhadolid, 1560), composto a partir das entradas do *Vocabulário español-latino* (1495) do gramático sevillhano⁹. Até ao fim do século e durante toda a centúria seguinte esta produção linguística mantém a vitalidade, sobretudo em relação às chamadas línguas gerais: do náhuatl destacam-se a *Arte de la lengua mexicana y castellana* (México, 1571), de Fr. Alonso de Molina, e a *Arte mexicana* (México, 1595), do Pe. Antonio del Rincón; quanto ao quechua e aimará da América do Sul, onde a imprensa chegou no fim do século XVI, participaram da sua gramaticalização jesuítas do Peru, nomeadamente, Ludovico Bertonio (*Arte y grammatica muy copiosa de la lengva aymara*, Chichuyto, 1603 e *Vocabulario de la lengva aymara*, La Paz, 1612), Diego González Holguín (*Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru llamada quichua o del Inca*, Lima, 1607) e Alonso de Huerta (*Arte de la lengua quechua, general de los indios do reyno del Peru*, Lima, 1619); ainda na vigência da monarquia dual, estiveram decerto também ao serviço da missão portuguesa as bem conhecidas obras sobre o guarani do Pe. Antonio Ruiz de Montoya (*Tesoro de la lengva gvarani*, Madrid, 1639; *Catecismo de la lengva gvarani*, Madrid, 1640; e *Arte, y bocabulario de la lengva gvarani*, Madrid, 1640).

Todo este quadro contrasta fortemente com o do novo mundo brasileiro, cuja descoberta linguística foi tardia e, em termos comparativos, será talvez contestável a sua ressonância na cultura além dos Pirenéus. José de Anchieta foi um isolado no século XVI, por várias que sejam as notícias de textos manuscritos de línguas indígenas que,

⁸ Segundo Riveras Cárdenas, a obra *Introducciones latinae* (1480) se manteve durante todo el siglo XVI como libro de texto en todas las universidades españolas y en algunas extranjerias" (cf. Sánchez, 1976: 15).

⁹ Para uma visão geral das obras citadas, consultem-se os estudos de Michel Launey, Cristina Monzón, Alfredo Torero e Sabine Dedenbach-Salazar Sáenz, publicados por Zimmermann, 1997.

se porventura existiram, são hoje desconhecidos¹⁰. Era cedo para a maturação gramatical que só no decurso do século XVII, depois de um saber de experiência entretanto feito no Oriente, virá a concretizar-se na emergência de uma gramaticografia e lexicografia do tupi e do kiriri. Os adiante citados Luís Figueira, Pedro Dias e Luís Vicencio de Mamiani (para só referir o campo da gramaticografia) foram os mais afortunados editorialmente, com gramáticas sistematizadas conforme o modelo clássico do género. A este elenco de gramáticos seiscentistas, sobretudo em relação ao alentejano Luís Figueira, a obra de Anchieta forneceu copioso acervo de dados linguísticos, em particular no campo da morfologia (como já bem mostrou Aryon Rodrigues, 1997: 371-400), o que, aliás, não é surpreendente. Sendo a gramática anchietana original no desenvolvimento dos factos fonológicos e dela não constando uma parte individualizada de sintaxe (cf. *infra*, ponto 6.), colhem-se maiores ecos dos treze capítulos de descrição morfológica.

Um último apontamento antes da abordagem mais circunstanciada à *Arte*. A ressonância de Anchieta sobressai ainda noutros lances. Ter o Autor ignorado a sintaxe como parte autónoma da gramática, tratando-a em sincretismo com a morfologia, é um silêncio que se sentirá na descrição gramatical subsequente. Não é acaso o facto de o triunvirato de gramáticos seiscentistas se singularizar pela salvaguarda da cláusula do uso no domínio da anomalia e irregularidade que constituía a sintaxe ou *constructio*. A título de exemplo:

- No capítulo “*Da sintaxe; ou construção das partes da oração*”, Luís Figueira considera que “O uso ensinará a boa collocação das partes da oração entre si” (1687: 165);
- Na secção da “*Syntaxe*”, escreveu Pedro Dias que “Os verbos, que significão, auxilio, proveito, &c. querem dativo, o qual se denota com as particulas A, O, I, & outras, que com o uso se aprenderão” (1697: 41);
- Quanto à *Arte de grammatica da lingua brasileira da naçam kiriri*, o Autor fecha a última parte da sua obra (“Parte segvnda da arte da lingua kiriri. *Da syntaxe, ou construção das oito partes da oração*”) afirmando que “O modo de collocar as outras partes da oração, como participios, preposiçoens, interjeiçoens, & conjunçoens, já se declarou nos proprios capitulos de cada huma dellas; & o uso da mesma lingua será a regra mais acertada de todas as outras regras desta Arte. *Usus te plura docebit*” (Mamiani, 1699: 124).

Se para os ‘rudimentos’ gramaticais, compreendendo a flexão nominal e verbal, a obra de Anchieta abria portas, além de ser adequada a grelha das declinações e conjugações latinas, à sintaxe assacavam-se-lhe as limitações de um campo de ensaio para o qual era necessário encontrar uma fisionomia própria, por singela que fosse a índole da língua. Faltando um argumento de autoridade e modelo a quem seguir, os critérios de certeza ficavam sujeitos à contingência do *usus*, conceito que, não sendo unitário do ponto de vista linguístico, constituía um conhecimento assente na experiência.

¹⁰ É o caso de uma gramática, um dicionário e um catecismo na língua dos maromomins, obras, se de várias se trata, escritas pelo Pe. Manuel Viegas (ca. 1533-1608), conhecido por “pai dos maromomins”.

3. José Maria Iraburu, a propósito da evangelização do Brasil, afirma que o nome de Anchieta está intimamente ligado à gramática para a aprendizagem da língua tupí. São estas as suas palavras:

En 1554, Anchieta tomó parte con el padre provincial Manuel de Nóbrega, en la fundación de una *aldeia* misional en Piratininga. Allí, el día de la fiesta de San Pablo, se inauguró un modesto colegio. Y éste fue el origen de la actual ciudad inmensa de São Paulo. En aquel colegio enseñó Anchieta gramática tanto a los hijos de portugueses como a los indios. El trato con éstos, y con las familias indígenas que vinieron a establecerse en torno a la misión, le dió ocasión para aprender con toda perfección la lengua de aquella región, el tupiguaraní, en la que escribió varias obras (Iraburu, 2001: s/p).

Também António Vieira, em “Exortação em véspera do Espírito Santo”, refere a importância da gramática do “grande” Anchieta:

O título que o mesmo Jesus teve na cruz estava escrito nas três línguas, que só então não se chamavam bárbaras: a hebreia, a grega, a latina: e estas três são as que se professam nas universidades da Europa, e nas quais é tão eminente a Companhia, como se vê na estampa de seus escritos. Porém depois que o Calvário se estendeu a todo o mundo, e nele se arvorou o estandarte do Crucificado, o título da cruz já é composto de todas as línguas, por bárbaras e incógnitas que sejam. Quão praticada fosse a do Brasil nesta nossa província, bem o testificaria a primeira arte, ou gramática dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta, e com razão se pode estimar por um dos seus milagres. Bem o testificam as outras que depois saíram mais abreviadas, e os vocabulários tão copiosos, e o catecismo tão exacto em todos os mistérios da fé (Vieira, 1959: V, 382-383).

Com efeito A *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* do jesuíta José de Anchieta é a primeira¹¹ gramática missionária portuguesa¹² sobre as línguas indígenas faladas no Brasil¹³, a primeira que se publicou no séc. XVI mas que não foi tomada como modelo/referência pelos gramáticos posteriores das línguas índias e quiçá de outros idiomas aborígenes não só do Brasil como também de povos da África no âmbito da linguística missionária portuguesa¹⁴. Outras se seguiram, renovadas, no Brasil e na África:

1621 – Figueira, Luís (P.): *Arte da lingua brazilica*

1697 – Dias, Pedro (P.) Augusto: *Arte da lingua de Angola, offerecida á Virgem Nossa Senhora do Rosario, mãe e Senhora dos mesmos pretos*

¹¹ Para além desta obra, dedica-se também a escrever cantos piedosos, diálogos e autos segundo o estilo de Gil Vicente, e, por isso, é considerado o iniciador do teatro (*Mysterios da Fe, dispostos a modo de diálogo em benefício dos índios* é um exemplo das 12 peças de que há testemunho) e da poesia (*De Beata Virgine Dei Matre Maria*) no Brasil, sem esquecermos a epistolografia em que foi mestre.

¹² Apesar de Anchieta ter nascido das ilhas Canárias, em Espanha, não se pode enquadrar esta obra na linguística missionária espanhola por duas razões fundamentais: a primeira reside na língua de redacção da gramática que é a língua portuguesa; a segunda, no facto de Anchieta, como refere Quirício Caxa, o seu primeiro biógrafo, falar “português tão propriamente, como se mamara essa língua no leite, coisa que raramente se acha nos que têm a língua castelhana por natural” (Caxa, 1988: 15).

¹³ Para uma visão global de toda a produção linguística missionária veja-se Cardoso, 1998, *História gramatical (1500-1920)*, Porto, pp. 226-234.

¹⁴ Para uma visão mais ampla desta problemática veja-se: Fonseca, Maria do Céu Brás, 2000, *História gramatical Portuguesa do Século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada), pp. 81-369.

- 1697 – António (Santo), Boaventura (Fr.) de: *Arte da lingua dos Aroás, mss.*
1699 – Mamiani, Luís (P.) Vicencio: *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri, composta pelo padre Luis Vicencio Mamiani, da companhia de Jesu, missionario nas aldeias da dita nação.*
s/d – Baião, Domingos (P.) Vieira (compil. e coord.): *Elementos de Gramatica Canguela. Idioma falado na região do Cubango, provincia de Angola. Segundo os estudos do ... P. L. Lecomte. Coligidos e coordenados pelo P. Domingos ...*

4. Após uma atenta leitura da *Arte* a primeira questão que se nos coloca e que merece relevo é esta: A gramática da Anchieta é uma gramática do tupi, /tupiguarani/tupinambá, no seu estado puro? Esta questão já polemizada por vários estudiosos como Armando Cardoso, Hildo Honório do Couto, Carlos Drummond, Frederico Edelweiss, Maria Luísa Carlota, Serafim da Silva Neto, Suzanne Romaine, Aryon Rodrigues, Ione Leite, Edith Pinto, Ricardo Cavaliere, entre alguns mais, continua a ser pertinente, pois, a nosso ver, não devemos falar de uma gramática da língua tupi, pelo menos no seu estado puro (a este propósito lembramos que a versão impressa desta obra aparece cerca de quatro a cinco décadas após o primeiro contacto dos falantes portugueses com os povos nativos) mas de um tupí já corrompido pelo português. Esta posição é defendida por Ricardo Cavaliere, em 2001 (cf. Cavaliere, 2001: 11-21). E nesta perspectiva, Anchieta já tem essa consciência linguística pois ao dar como título à sua obra *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* e não arte de gramática do tupí/tupiguarani/tupinambá denota não só o conhecimento “da ocorrência na época de mais de um sistema linguístico em uso, como também – e principalmente – que o ali descrito era o de uso majoritário na costa brasileira. Essa evidência, aliada ao quadro da etnia populacional no Brasil quincentista nessa área geográfica, conduz-nos a uma maioria de falantes de língua geral, de origem extremamente variada” (Cavaliere, 2001: 17). Aliás o próprio Anchieta referencia os “Tupis de sam Vicente”, os “Tamoyos do Rio de Janeiro” os “Pitiguáres do Paraíba” e “as muitas variedades que te)” a língua do Brasil. Trata-se, a nosso ver, corroborando a tese de Cavaliere, de uma gramática do Tupí corrompido por superstrato português, ainda que alguns estudiosos não a admitam.

A segunda remete-nos para a sua filiação no latim e não nos parece que Anchieta, apesar de ser um excelente latinista, com muitos textos de índole diversa escritos em latim, tenha visto demasiado latim na língua dos índios. Utilizou é certo bastantes termos latinos no texto gramatical, o que se explica pelo facto de o latim ser a língua de comunicação da comunidade missionária porque só depois de os seus elementos a dominarem completamente a nível escrito e oral era possível versarem outros assuntos, o que lhes era imposto pela *Ratio Studiorum*. A sua utilização serviu para substituir lexemas portugueses, talvez pelo facto de não ter as gramáticas portuguesas e latinas por perto.

A estrutura da obra, esta sim é marcadamente influenciada pela gramática latina o que acontece com a quase totalidade das gramáticas das línguas vulgares até aos finais do século XVIII. Falar em gramática era sinónimo de falar em gramática latina e em termos de historiografia linguística portuguesa apenas Fernão de Oliveira, o pri-

meiro gramático da lusofonia, na *Gramática da Linguagem Portuguesa*, consegue, no que concerne à fonética, à lexicologia e àquilo que hoje chamamos sociolinguística, ser original.

5. Anchieta neste texto propõe, em termos muito gerais, que a aprendizagem de uma língua deve ser feita em contacto permanente com os nativos, com a língua de comunicação por eles utilizada, procurando efectivamente a mais correcta compreensão possível através de uma pronúncia o mais uniformizada possível e de um conjunto de regras, no âmbito das classes de palavras, que a pouco e pouco se fosse perpetuando.

O leitor que abre pela primeira vez a *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* espera encontrar uma gramática descritiva, concebida metodologicamente de acordo com outras gramáticas latinas ou ainda com as primeiras gramáticas vernaculares do português e/ou do espanhol, a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, saída quatro anos mais tarde, ou a gramática de Antonio de Nebrija, a *Gramática de la Lengua Castellana*. Procurará, ainda o leitor, uma gramática com a estrutura das gramáticas renascentistas das línguas latinas ou das línguas vulgares. Porém o que irá encontrar é uma descrição bastante assistemática, e a este nível poderá assemelhar-se a Fernão de Oliveira, pouco teórica mas muito prática, o que a torna uma obra eminentemente didáctica. Encontrará, ainda, uma gramática pouco esquematizada, muito confusa e muito pouco desenvolvida. Esta opinião, aliás, é-nos fornecida logo no início do séc. XVII na *Aprovaçam* que o padre Manuel Cardoso assina a propósito do agradecimento pela publicação da *Arte da grammatica da língua brasileira* do padre Luís Figueira:

“...não obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou mui diminuta, & confusa, como todos experimentamos” (Figueira, 1687).

A escrita da *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* visa prioritariamente o estudo das questões mais elementares da língua mais falada na costa do Brasil que possam apresentar algumas dificuldades para os missionários e colonos portugueses que queiram aprender essa língua. Por isso são examinadas de um ponto de vista, diríamos, de uma política linguística alguns dos aspectos nucleares, explicando o seu funcionamento dessa língua tendo sempre por comparação o português, o latim e mais raramente o castelhano, aparecendo a este nível como uma espécie de gramática contrastiva, e aparecendo Anchieta como um dos pioneiros dos estudos contrastivos e também da linguística comparada.

Na verdade os descobrimentos colocaram diante dos gramáticos portugueses o problema de descrever numerosíssimas línguas de sistemas completamente diferentes do português ou do latim. Segundo os dados do catálogo de 1992, no período entre 1549 e 1697, foram escritas mais de 45 obras, que contêm informação sobre línguas de África, Ásia e América¹⁵. Pertencentes a vários géneros (tratados, gramáticas, cartilhas

¹⁵ Cf. *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992, pp. 70-191. O estudo integrado nesta obra é de autoria de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

dicionários, etc.), estas obras representam vários aspectos de línguas aborígenes-fonologia, morfologia, sintaxe, léxico. O estudo prático de línguas exóticas teve grandes consequências teóricas. A descrição destas línguas baseava-se na comparação destas com o português e o latim, o que resultou na revelação da existência de vários meios de expressão de um significado. Graças a isto muitos gramáticos dos séc. XVI e XVII ajudaram à formação de muitos conceitos fundamentais para a linguística moderna. E Anchieta foi colocado nesse catálogo pois contribuiu para a influência do estudo de novas línguas na tradição gramatical europeia.

6. A nível estrutural, a gramática de Anchieta aparece dividida em 16 capítulos, e a este nível segue Oliveira que apresenta a sua gramática estruturada em capítulos, organizados da seguinte forma:

- Cap. I. Das letras.
- Cap. II. Da Orthographia ou pronunção.
- Cap. III. De accentu.
- Cap. IIII. Dos Nomes.
- Cap. V. Dos pronomes.
- Cap. VI. Arte da dos Verbos.
- Cap. VII. Anotações, na Conjugação.
- Cap. VIII. Da Construção dos verbos activos.
- Cap. IX. Dalgũas maneiras de verbos em que esta amphibologia se tira.
- Cap. X. Das Proeposições.
- Cap. XI. De sum, es, fui.
- Cap. XII. Dos verbos neutros feitos activos.
- Cap. XIII. Dos activos feitos neutros.
- Cap. XIIIII. Da Composição dos verbos.
- Cap. XV. Da Repetição dos verbos.
- Cap. XVI. De algũs verbos irregulares de Aê

Não há nesta gramática, como já acima referimos, uma preocupação em descrever teoricamente os fenómenos linguísticos. Há, sim, uma preocupação eminentemente prática, assente no uso. Esta é sem dúvida uma das características das gramáticas das línguas vulgares renascentistas.

O objectivo é estabelecer princípios gerais de ordem prática, rejeitando as subtilezas da especulação medieval já que tinham no horizonte a tarefa de regularizar a anarquia que dominava o uso da língua e da ortografia.

Portanto, regular o uso da língua vulgar era, no início do século XVI, a grande finalidade da gramática. E foi esta a preocupação fundamental de Anchieta: dar à sua gramática uma dimensão assente no uso. Portanto não estamos perante uma obra teórica, muito menos especulativa, mas perante a primeira tentativa de codificação de uma língua tendo por isso mesmo um pendor marcadamente original. Para que este pressuposto fosse levada à prática, Anchieta, embora submetta a sua gramática à tradição portuguesa e à latina apresentando apenas quatro classes de palavras nomes, pronomes, verbos e preposições, parece-me que os seus objectivos não eram esses pois desta forma encontraríamos um manual devidamente estruturado, o que não acontece de todo.

Depois destes considerandos e de vermos a estrutura da obra anchietana, podemos inferir que quer as gramáticas latinas, quer as gramáticas portuguesas renascentistas com as suas estruturas serviram a Anchieta como um instrumento para perceber e anotar as diferenças com as línguas indígenas a vários níveis como aconteceu com as gramáticas de Ricón, San Buenaventura, Córdoba, Blancas de San José, gramáticas de missionários espanhóis escritas para a aprendizagem de vários idiomas indígenas da colonização espanhola (cf. Quilis, 1997: 26-27; Sueiro Justel, 2001: 228-337).

Anchieta inicia a sua obra com o capítulo das letras seguido do da ortografia e pontuação. Apresenta, no que se refere ao sistema consonântico, as descrições articulatórias de uma forma sucinta, procurando a simplificação de traços fónicos, características da gramaticografia missionária dessa época como observou Mattoso Câmara (Câmara, 1965: 104), quase sempre em oposição ao sistema articulatório do português. Começa por afirmar quais as consoantes que não existem:

“Nesta lingua do Brasil não há f. l. s. z. rr dobrado nem muta com liquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis serue, ç. com zeura, vt *Aço, çatã*” (Anchieta, 1595: 1a).

Refere ainda a utilização do grupo consonântico **mb** e exemplifica detalhadamente o seu uso, como poderemos observar nas páginas 1, 2 e 3. O fonema nasal **m**, “interpretado como grupo consonântico [mb], perdia a nasalidade em posição inicial por vício de pronúncia, o que, aliás, é extensivo a outras oclusivas pré-nasalizadas, [nd] e [ng] (fonemas tupis **n** e **ŋ**, respectivamente)” (Fonseca, 2000: 131):

“nunqua se pronuncia B. in principio dictionis sem m. & posto que por jicurá se escreuesse sem m. sempre se lhe ha de prepor, vt pró *Baê*, dizse, *Mbaê*, porque precedente o genituo, ou adiectiuo não he soffriuel pronunciarse sem m.” (Anchieta, 1595: 2b).

Este pequeno extracto não deixa de ser relevante pois conflui com a tendência para a simplificação já anotada por Mattoso Câmara Jr. e para uma tentativa de reduzir ao mínimo essencial a gramática para que a sua aprendizagem se fizesse o mais rapidamente possível por forma a que a comunicação entre os missionários, os colonos e os índios se estabelecesse de forma célere e eficaz.

Diferentemente do que fizera Oliveira e Barros, Anchieta considera o **j** como som vocálico e propõe que a sua representação gráfica seja **i**. Há um caso muito relevante em que podemos ver uma correlação funcional no sistema consonântico, trata-se das letras **c-g**; **t-d**: “Nas consoantes, c.g.. cõmmumente todos pronúncião de hu)a mesma maneira interposito “ (Anchieta, 1595: 1b); T. cõmmumente se muda em d.” (1595: 4a). E este é um dado verdadeiramente inovador das gramáticas dessa época.

No sistema de vogais, Anchieta considera as mesmas do português, mas acrescenta-lhe como já acima referimos o **j** e o **y**, este apresentando-se com um som especial, e ainda que se encontre escrito **y**, **i**, é o mesmo pela dificuldade que há na pronúncia dele mas que traz significações diferentes:

“Por isso pera conhecer ser este i. aspero se escreue com hum ponto em baixo & ficarã, jota, subscripto, i. porque faz muyto differente significação do, i. lene, vt j. agua, com, i. áspero, j. îs, ea, id, com i lene, *ayopi*^, tanger trombeta, ou fruta, *ayopi*^, picar hu)a bespa” (6b).

Releva-se deste exemplo o valor distintivo do **i**, que com realizações fônicas idênticas, permite diversas significações. E este é mais um dado original na linha do que já escrevera Fernão de Oliveira “temos oito vogaes na nossa língua mas não temos mais de cinco figuras, porque não queremos saber mais de nós que quanto nos ensinam os latinos” (Oliveira, 2000: 91).

O **i** (na sua forma gráfica de **i**, **y** e **j**) ocupa papel de relevo no sistema vocálico apresentado pelo jesuíta. A vogal **i** nunca aparece como vogal nasal, à semelhança do que acontece com todas as outras vogais. Apresenta-se como vogal oral algumas vezes acentuada em posição medial (imondopígra), outras como átona pré-tônicas em posição inicial ou medial (ibiá, capiába), e mais algumas como tónica em posição final (camurí).

Anchieta faz, ainda, uma distinção clara relativamente ao ditongo crescente e ao grupo vocálico **ia**:

“Ia, com i. aspero cõmummente he dissyllabo, vt *piá*, figado, *abiàr*.” (6b)

“Ia, com i. lene cõmummente he contracto, & monossyllabo, vt *arobiár*, trissyllabo” (6b).

E para concluirmos os capítulos dedicados à ortografia, à acentuação e à pronúncia nada melhor e mais esclarecedor do que as palavras do próprio Anchieta:

“Isto das letras, orthographia, pronunçiação, & accento, seruiria pera saberem pronunçiar, o que acharem escrito, os que começam aprender: mas como a lingoa do Brasil não está em escrito, senão no continuo vso do falar, o mesmo vso, & viua voz ensinará melhor as muitas variedades que tẽ, porque no escreuer, & accentuar cada hum fará como lhe melhor parecer” (9a).

Do capítulo quarto até ao final, isto é, em treze dos dezasseis capítulos da gramática Anchieta trata das partes do discurso: o nome, o pronome, o verbo e a preposição, ainda que nesta última se possa ver o advérbio e a conjunção. É uma gramática assintáctica, aparecendo no entanto no decurso das classes de palavras referências à construção mas sem qualquer tipo de sistematização. E neste capítulo assemelha-se a Fernão de Oliveira ou se quisermos recuar mais no tempo à primeira gramática da civilização ocidental, a *Tecné Grammatiké* de Dionísio da Trácia, que considerou como classes de palavras, em correspondência com as categorias lógicas do julgamento, segundo os estóicos, o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção; considera a interjeição como parte integrante do advérbio:

Toà de\ IÒgou š m rh TMo/c Ñktè: Ônoma, Áma, metoc^o, Ýrqrõn, ¢ntwnum...a, prÒquesij, TMp...rrhma, sÚndesmoj.

No que concerne ao nome e ao verbo, o jesuíta não estabelece uma distinção clara entre estas duas partes da oração, chega mesmo, em alguns momentos, a confundi-los atribuindo aos nomes propriedades dos verbos como sejam a conjugação e os tempos. Também apresenta a preposição, o advérbio e a conjunção de uma forma muito confusa e nem sempre faz a distinção entre ambas. Quanto aos pronomes, podemos destacar a morfologia do pronome possessivo, que nos parece inovadora, mas que ficará para outro estudo.

7. E para concluirmos fiquemos com o comentário que Francisco González Luis, professor na Universidade de la Laguna, terra natal de Anchieta, no artigo intitulado “La Gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina”, publicado nas *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística - Nebrija V Centenario*, em 1994, faz da arte anchietana:

... resulta evidente también que con tal descripción del tupí su contribución al patrimonio cultural de la humanidad está fuera de dudas, incluso para quienes, llevados por ciertos recelos ante semejantes obras de religiosos y misioneros, califican estas gramáticas de artificiales y de no reflejar el pensamiento y la cultura indígenas. Por el contrario, el material que ofrece el arte anchietana del tupí se muestra tan genuino y auténtico que no podrían superarlo ni siquiera los métodos lingüísticos modernos o los recursos actuales. Su Gramática sin ningún tipo de planteamientos teóricos responde a las exigencias pedagógicas y didácticas requeridas e trata de describir simplemente las reglas lingüísticas a partir del uso cotidiano de la lengua indígena. Sus principales méritos residen precisamente en haberse convertido en el primero y eficaz instrumento de aprendizaje de la lengua india y en haber iniciado la tradición de uno dos más importantes grupos lingüísticos da América del Sur, la del Tupiguarani (Luis, 1994: 114).

BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA, José P. de (1595), *Arte da grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, Antonio de Mariz [veja-se também a 7ª edição de 1990, com Apresentação de Carlos Drummond e Aditamentos do P. Armando Cardoso, S. J., São Paulo, Edições Loyola].
- Anchieta 400 anos - Congresso Internacional (São Paulo, 18 a 20 de Setembro de 1997)*, São Paulo, 1998.
- AUROUX, Sylvain (1992), *Histoire des idées linguistiques*, Tome 2, Liège, Mardaga.
- ____ (1994), *La révolution technologique de la grammatisation*, Liège, Mardaga.
- BARROS, João de (1971), *Gramática da língua portuguesa*, Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [1540].
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira (2004), “Línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial”, in *Historiografia da lingüística brasileira*, Boletim VII, CEDOCH, Universidade de São Paulo.
- BECHARA, Evanildo (2000), “Sobre influências das idéias linguísticas na *Arte de Gramática* de Anchieta”, vd. Pinho, Sebastião Tavares e Ferreira, Luísa de Nazaré Ferreira (orgs.), Tomo II, pp. 511-523.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1982), “A gramaticalização das línguas exóticas no quadro cultural da Europa do século XVI”, in *Revista de história económica e social*, nº 10 (Julho/Dezembro), Lisboa, Sá da Costa, pp. 15-28.
- ____ (1983), *O estudo das línguas exóticas no século XVII*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICLP.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1965), *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- CARDIM, Fernão (1925), *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introdução e notas de Baptista Caetano, Capristano de Abreu e Rodolpho Garcia, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia [1625].
- CARDOSO, Simão (1998), *Historiografia gramatical (1500-1920)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CAVALIERE, Ricardo (2001), “Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI”, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia de Braga, pp.11-21.
- CAXA, Quirício P. (1988), “Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta”, in *Primeiras biografias de José de Anchieta*, São Paulo, Edições Loyola.
- DIAS, Pedro (1697), *Arte da língua de Angola, offerecida á Virgem Nossa Senhora do Rosario, mãe e Senhora dos mesmos pretos*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes.
- FIGUEIRA, Luís (1687), *Arte de grammatica da lingua brasilica*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes [1621].
- FONSECA, Maria do Céu Brás (2000), *Historiografia Linguística Portuguesa do Século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada).
- FREIRE, José Ribamar Bessa e ROSA, Maria Carlota (orgs.), 2003, *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*, Rio de Janeiro, UERJ.

- GONZÁLEZ, Luis Francisco (1994), "La Gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina", in *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística - Nebrija V Centenario*, II Vol, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 101-114.
- IRABURU, José Maria (2001), in <http://www.catholic-church.org/mscperu/biblioteca/1era%20EvangAL/hechos7.htm>
- MAMIANI, Luís Vicencio (1699), *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes.
- NEBRIJA, Antonio de (1989), *Gramática de la lengua castellana*, Estudio y edición de Antonio Quilis, Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces [1492].
- OLIVEIRA, Fernão de (2000), *Gramática da linguagem portuguesa*, Ed. crítica, semi-diplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências [1536].
- PINHO, Sebastião Tavares e FERREIRA, Luísa de Nazaré (orgs), 2000, *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra - Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Tomos I-III, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- QUILIS, Antonio (ed.), 1997, *Blancas de San José, Fray Francisco. Arte y reglas de la lengua Tagala*, Madrid, AECI.
- ROBOREDO, Amaro de (2002), *Methodo grammatical para todas as linguas*, Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa, INCM [1619].
- RODRIGUES, Aryon D. (1997), "Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta", vd. Zimmermann, Klaus (ed.), pp. 371-400.
- RODRIGUES, João (1993), *Arte breve da lingua Iapoa tirada da Arte grande da mesma lingua, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*, Ed. fac-similada, Transcrição e tradução de Hino Hiroshi, Tóquio [1620].
- SÁNCHEZ, Francisco (1976), *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*, Introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas, Madrid, Ed. Cátedra [1587].
- SUEIRO JUSTEL, Joaquín (2001), *Aportación al estudio de la lingüística española en Filipinas*, Vigo, Universidade de Vigo (tese de doutoramento policopiada).
- TEYSSIER, Paul (1990), *Études de littérature et de linguistique*, Centro Cultural Português, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES, Amadeu (1984), "Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares entre a 'ratio' e o 'usus'", in *Bracara Augusta*, Vol. XXXVIII, Braga, pp. 173-189.
- VERDELHO, Telmo (1995), *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, INIC.
- VIERA, António (1959), *Sermões (1679-1748)* vol.V. Porto: Ed. Lello & Irmão.
- ZIMMERMANN, Klaus (ed.) (1997), *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*, Frankfurt am Main: Vervuert, Madrid, Iberoamericana.

